

FRANCO FERRARI

*Professor de Direito e Diretor do Center for Transnational Litigation,
Arbitration, and Commercial Law da New York University (NYU).*

FRIEDRICH ROSENFELD

*Sócio de Hanefeld, Alemanha, e Professor
Adjunto Global da NYU Paris, França.*

JOHN FELLAS

*Árbitro na Fellas Arbitration e Professor
Adjunto da New York University (NYU).*

RAFAEL ALVES

*Sócio de MAMG Advogados e Professor do
Programa FGV LAW da FGV DIREITO SP.*

**ARBITRAGEM COMERCIAL
INTERNACIONAL
UMA INTRODUÇÃO COMPARADA**

Editora Quartier Latin do Brasil
São Paulo, primavera de 2022
editoraquartier@uol.com.br
📷 @editoraquartierlatin

**FRANCO FERRARI; FRIEDRICH ROSENFELD; JOHN FELLAS;
RAFAEL ALVES**

Arbitragem Comercial Internacional: Uma Introdução Comparada.

São Paulo: Quartier Latin, 2022.

ISBN 978-65-5575-175-8

1. I. Título

Editor

Vinícius Vieira

Produção editorial

José Ubiratan Ferraz Bueno

Diagramação

Victor Gasperazzo Guimarães Nakamura

Finalização

Anderson dos Santos Pinto

Revisão gramatical

Studio Quartier

Capa

Anderson dos Santos Pinto

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua General Flores, 508

Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefones: +55 11 3222-2423; +55 11 3222-2815

Whatsapp: +55 11 9 9431 1922

Email: editoraquartier@uol.com.br

 @editoraquartierlatin

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

Introdução à edição brasileira	13
--------------------------------------	----

CAPÍTULO 1 INTRODUÇÃO À ARBITRAGEM COMERCIAL INTERNACIONAL, 17

1. Introdução	19
2. Arbitragem	19
A. O poder jurisdicional conferido aos árbitros	19
B. Os árbitros proferem uma decisão final, vinculante e exequível	21
C. O poder jurisdicional é baseado no consentimento das partes	24
D. A distinção entre arbitragem institucional e <i>ad hoc</i>	26
E. A moldura jurídica que rege os processos arbitrais	30
F. Arbitragem em comparação com outras formas de resolução de conflitos.....	32
G. Vantagens e desvantagens da arbitragem	35
i) Vantagens	35
ii) Desvantagens	37
3. Comercial	39
4. Internacional.....	41

CAPÍTULO 2 O RECONHECIMENTO DAS CONVENÇÕES DE ARBITRAGEM E RESPECTIVAS EXCEÇÕES, 47

1. Introdução	49
2. A validade das convenções de arbitragem	50
3. Matéria arbitrável	53
4. Convenção de arbitragem escrita que não é nula, inoperante ou inexecutível.....	58
A. Acordo por escrito	60
B. Nulo e sem efeito	62

i) Interpretação autônoma	62
ii) Lei aplicável	64
C. Inoperante ou inexecutável	71
5. Escopo	74
A. Norma jurídica	74
B. Exemplos relevantes e jurisprudência	76
6. Redigindo cláusulas de arbitragem	79

CAPÍTULO 3

COMPETÊNCIA-COMPETÊNCIA, 83

1. Introdução	85
2. Decisões jurisdicionais por tribunais arbitrais	85
3. Poderes de revisão pelo Poder Judiciário na fase de pré-sentença arbitral	89
A. Revisão completa	90
B. Revisão <i>prima facie</i>	91
C. Abordagens intermediárias	93
i) Revisão limitada das arbitragens domésticas	93
ii) Revisão limitada das questões jurídicas	94
iii) Revisão limitada do escopo	95
4. Poderes de revisão pelo Poder Judiciário na fase pós-sentença	96
A. Decisões sujeitas a revisão	96
B. Graus de deferência	97
5. Limitações de poderes de revisão baseadas na autonomia das partes	98

CAPÍTULO 4

INÍCIO DO PROCESSO ARBITRAL E CONSTITUIÇÃO DO TRIBUNAL ARBITRAL, 103

1. Início do processo arbitral	105
A. A submissão inicial	105
B. Requisito de notificação adequada	107
2. Constituição do tribunal arbitral	111
A. Número de árbitros	111

B. Método para a constituição do tribunal arbitral	113
C. Seleção de árbitros	118
3. A independência e imparcialidade dos árbitros	121
A. Introdução	121
B. Dever de revelação.....	123
C. Impugnação de árbitros.....	127
D. Tutelas pós-sentença	133
E. Diretrizes da IBA.....	135

CAPÍTULO 5

PROCEDIMENTO, 139

1. Introdução	141
2. Regras cogentes	142
A. O direito a ser ouvido (contraditório)	143
B. Direito à igualdade das partes.....	148
C. Notificação adequada	150
D. O dever de permanecer independente e imparcial	152
3. Acordo das partes	154
4. Discrecionariiedade dos árbitros.....	157

CAPÍTULO 6

PROVAS, 163

1. Introdução	165
2. Provas documentais.....	168
3. Testemunhas	175
4. Peritos.....	180
5. Avaliação das provas	183
6. Prerrogativas profissionais e sigilo cliente-advogado.....	186
7. Assistência dos tribunais estatais na obtenção de provas.....	190

CAPÍTULO 7

ARBITRAGENS COMPLEXAS ENVOLVENDO MÚLTIPLOS NÍVEIS, CONTRATOS E PARTES, 195

1. Introdução	197
2. Cláusulas escalonadas	197
A. Exequibilidade de requisitos pré-arbitrais	198
B. Interpretação dos requisitos pré-arbitrais	199
C. Questão jurisdicional ou questão processual?	200
D. Consequência do descumprimento	201
3. Múltiplos contratos	202
4. Múltiplas partes	206
A. Partes signatárias.....	206
B. Partes não signatárias	208
i) Cessão	208
ii) Agência ou representação	209
iii) Incorporação por referência.....	210
iv) Doutrina do grupo de empresas.....	211
v) Consentimento implícito	214
vi) Teorias baseadas em “equity” e justiça	214
vii) Observações finais	218
C. Integração de partes (“joinder”)	220

CAPÍTULO 8

A SENTENÇA, 223

1. Introdução	225
2. A definição de sentença arbitral	225
3. A lei aplicável ao mérito.....	232
A. Regras autônomas de conflito de leis	232
B. Acordo entre as partes	234
C. A lei aplicável na ausência de escolha pelas partes	239
D. Limitações	242
i) Regras contratuais e usos comerciais relevantes.....	242
ii) Regras cogentes	243
4. Decisões sobre custos	245
A. Alocação dos custos	245

B. Determinação dos custos relevantes	247
C. Miscelânea	250

CAPÍTULO 9

A ANULAÇÃO, 251

1. Introdução	253
2. Alocação de autoridade	254
3. Escopo da revisão.....	258
A. Limitações externas.....	258
B. Fundamentos para anulação da sentença arbitral em diferentes países.....	259
i) Lei modelo da UNCITRAL.....	260
ii) Lei federal de arbitragem dos Estados Unidos.....	263
iii) Outros regimes.....	266
C. Autonomia das partes	267
i) Limitações da anulação	267
ii) Ampliação da ação anulatória.....	271
4. O padrão de revisão em sede de ações anulatórias	272
i) Tribunal arbitral	272
ii) Decisões de instituições arbitrais.....	275
iii) Decisões judiciais	277
5. Efeitos da anulação	278
A. Efeitos na sede.....	278
B. Efeitos fora da sede	280
i) Abordagem territorial	281
ii) Abordagem pluralista	282
iii) Abordagens intermediárias.....	282
a) Abordagem baseada no mérito das anulatórias.....	282
b) Distinção entre padrões internacionais e nacionais de anulação	285
6. Conclusão	286

CAPÍTULO 10:
A CONVENÇÃO DE NOVA IORQUE –
INTRODUÇÃO, ESCOPO DE APLICAÇÃO,
REQUISITOS FORMAIS E PROCEDIMENTO, 289

1. Introdução à Convenção de Nova Iorque	291
2. A história da Convenção de Nova Iorque	292
3. A Convenção de Nova Iorque como fonte de direito internacional	296
A. Regras costumeiras de interpretação	297
B. Artigo VII da Convenção de Nova Iorque	299
4. Esfera de aplicação (aplicabilidade)	301
A. Sentença arbitral	301
B. Elemento de internacionalidade	301
C. Reservas	304
5. O procedimento para a execução de sentenças arbitrais.....	309
A. Regras sobre jurisdição e competência	310
B. Prescrição	312
C. <i>Forum non conveniens</i>	314
6. Requisitos formais	316
A. Sentença original devidamente autenticada ou cópia devidamente certificada	316
B. Convenção de arbitragem original ou cópia devidamente certificada	319
C. Tradução	320
D. No momento da solicitação	321
E. Regime mais favorável.....	322

CAPÍTULO 11:
A CONVENÇÃO DE NOVA IORQUE – O DEVER DE
RECONHECER E EXECUTAR SENTENÇAS ARBITRAIS, 325

1. Introdução	327
2. Fundamentos relacionados ao poder jurisdicional.....	329
A. Matéria não arbitrável.....	329
B. Convenção de arbitragem inválida	330
C. Excesso de poderes.....	332

3. Fundamentos relacionados com o procedimento	336
A. Notificação adequada e direito ao contraditório.....	336
B. Desvio do procedimento acordado ou aplicável/composição da autoridade arbitral.....	338
4. Fundamentos relacionados com ordem pública.....	339
A. O conceito autônomo de ordem pública	340
B. A dimensão processual da ordem pública	344
C. A dimensão material da ordem pública.....	349
5. Fundamentos relacionados com o <i>status</i> da sentença arbitral nos termos da lei aplicável a ela	352
A. Sentença não vinculante.....	353
B. Sentença anulada ou suspensa	355
C. Garantia e adiamento da decisão	356
6. Renúncias	359
7. Padrão de revisão judicial	362
A. Deferência a uma decisão em sede de ação anulatória reconhecendo a validade da sentença arbitral	362
B. Deferência à decisão estrangeira sobre reconhecimento e execução	364

CAPÍTULO 12:

A RELEVÂNCIA DA FASE PÓS-SENTENÇA NA FASE PRÉ-SENTENÇA, 367

1. Introdução	369
2. A escolha do mecanismo de solução de conflitos	369
3. Redação da convenção de arbitragem	370
4. O início dos procedimentos	371
5. A constituição do tribunal arbitral	373
6. Primeiros passos após a constituição do tribunal arbitral	375
7. Condução do processo arbitral.....	377
8. Redação da sentença arbitral.....	379
9. Conclusão	381